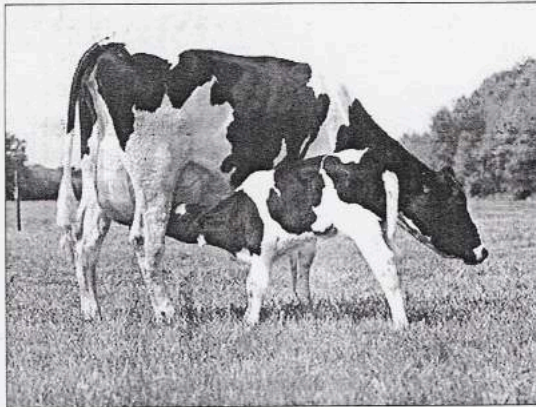


Casos de brucelose e tuberculose animal podem disparar

Saúde pública está em risco por incúria do Governo

A dívida do Ministério da Agricultura aos 117 Agrupamentos de Defesa Sanitária existentes no País ultrapassa os 10 milhões de euros. Em causa está a erradicação das doenças infecto-contagiosas dos animais com repercussões na saúde pública. Os produtores pecuários alertam para o «caos» nas acções profilácticas e Rosado Fernandes diz que «o caloteirismo é uma praga nacional»



CNA admite «caos completo»

Roberto Miléu, presidente da Confederação Nacional de Agricultura (CNA) também confirma que a transferência de meios financeiros que deveria ser atribuída regularmente sofreu «um curto-circuito» e «por culpa do Governo português as OPP estão a viver um caos completo em termo de organização de trabalho». «É inadmissível oito meses de atraso nos pagamentos porque e as organizações de produtores não vivem do ar», lamenta.

O dirigente da CNA não entende como é que um problema de sanidade animal não merece preocupação por parte do Ministério tutelado por Jaime Silva, já que as consequências na saúde pública «são inimagináveis».

«Há uma série de doenças, como a febre de malta (brucelose ou febre ondulante), por exemplo, que podem ser transmissíveis ao ser humano por falta de medicação e de tratamento animal», alerta.

«O País está a regredir», diz Rosado Fernandes

Rosado Fernandes, ex-presidente da CAP e antigo eurodeputado, teve forte críticas ao Estado acusando-o de «mau pagador» e de «gerir mal os seus próprios assuntos».

«A despesa do Estado continua a ser enorme, os ministros continuam a ter carros topo de gama, os gabinetes ministeriais custam fortunas, as viagens dos ministros costum balúrdios e desta forma os interesses de Portugal são sempre mal defendidos», acusa.

Rosado Fernandes frisa ainda que «caloteirismo é uma praga nacional e não há leis que consigam alterar certos comportamentos enraizados no País».

«Não pagar aquilo a que o Estado se comprometeu nunca é aceitável e a saúde pública não lhes interessa enquanto eles podem ir aos médicos privados», acrescenta.

O antigo eurodeputado do CDS-PP lamenta por fim que «o Estado esteja habituado a ser desonesto» e que «o povo não reage por também se instalar um novo factor: o medo».

«Existe receio por parte dos funcionários de serem despedidos e por parte dos utilizadores de serviços de serem perseguidos e acabarem por sentir retaliações», alega. «Isto é um procedimento de um País que está desorientado e que está a regredir em vez de progredir», conclui. O DIABO contactou o Ministério da Agricultura, mas não obteve resposta até ao fecho da edição.

ISABEL GUERREIRO

DEZENAS de Agrupamentos de Defesa Sanitária (ADS) do País não estão a receber as verbas devidas pelo Estado para as acções previstas no Plano Nacional de Saúde Animal.

A transferência da primeira tranche está atrasada mais de oito meses. Em causa está a erradicação das doenças dos animais e todos os trabalhos de carácter profiláctico e sanitário, análises laboratoriais e abates desenvolvidos pelos ADS.

A médio prazo, o controlo da saúde animal pode estar em risco, com repercussões graves na saúde pública dos consumidores de carne, leite, queijo e outros derivados de bovinos, caprinos e ovinos.

A dívida reclamada pelos ADS ascende a 10 milhões de euros, o valor máximo fixado para o ano de 2007, segundo consta no despacho nº 4323/2007 publicado no Diário da República. Assim, estes agrupamentos que trabalham em coordenação com as Organizações de Produtores Pecuários (OPP) para prevenir e despistar as doenças infecto-contagiosas estão a recorrer a créditos, porque não dispõem de condições financeiras para pagar tanto aos veterinários que fazem a inspeção aos animais, como aos auxiliares, fornecedores, distribuidores ou ao Laboratório Nacional de Investigação Veterinária e outros laboratórios regionais devidamente credenciados para efectuar as análises.

Algumas das doenças que afectam os animais, casos da brucelose, leucose e tuberculose, são passíveis, de pôr em risco a saúde humana através do contacto directo com animais infectados ou ingestão da sua carne, leite e derivados.

Estas doenças infecto-contagiosas poderão começar a não ser detectadas se a inspeção aos cerca de 2 milhões de cabeças de gado existente em território nacional deixar de ser realizada por falta de verbas.

«Efeito dominó»

Segundo o Sindicato Nacional dos Médicos Veterinários (SNMV) a situação «é grave» e poderá ter repercussões não só na economia como na saúde pública.

«Em termos de saúde pública qualquer relaxe ou dificuldade acrescida que se coloca ao nível do saneamento dos animais vai ter repercussões nas doenças dos animais, em geral, e parti-



Edmundo Pires e Rosado Fernandes lamentam os atrasos nos pagamentos por parte do Estado

cularmente nas doenças dos animais transmissíveis ao homem, como é o caso da brucelose bovina, caprina, tuberculose, entre outras», explica Edmundo Pires.

O atraso no pagamento aos ADS vai provocar «um efeito dominó», e se aos 10 milhões de euros atribuídos para 2007, se juntar a dívida de 2 milhões de euros, remanescente do ano passado, a resposta em termos de inspeções sanitárias poderá começar a falhar.

«Nestes casos de sanidade animal não pode haver atrasos, tem que ser feito um esforço, seja lá qual ele for, para que essas situações não sucedam, e para não estarmos sempre a regressar ao grau zero da escala», alerta o presidente do



SNMV ao explicar que já tinhamos atingido uma situação sanitária relativamente satisfatória «mas se se relaxa as medidas apertadas de acções sanitárias sobre os animais, relativamente às doenças infecto-contagiosas, evidentemente que as transmissões de animais para animais aumentam».

São cerca de 600 médicos veterinários que prestam serviços para os 117 ADS existentes no País. Se não estão a ser pagos, por que motivo continuam a trabalhar? «Por consciência profissional» responde Edmundo Pires.

«Os ADS estão amarrados de pés e mãos e a institucionalizarem-se estes atrasos as empresas começaram a passar

dificuldades nas cobranças e pagamentos», adjunta.

O dirigente espera ainda que depois dos pagamentos em atraso não surjam também dificuldades burocráticas por parte do Instituto de Financiamento da Agricultura e Pesas (IFAP) e entende a dívida como «incompreensível» já que as despesas estão previstas no Orçamento Geral do Estado.

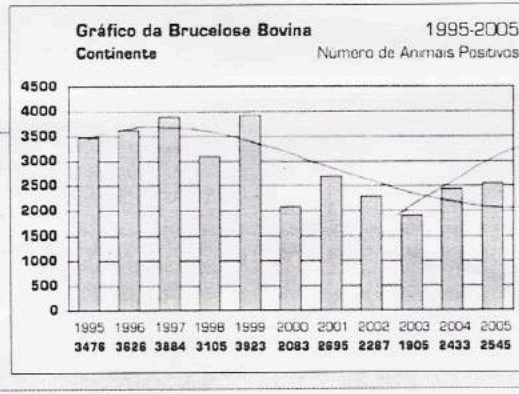
«Situação injustificável», sustenta ACOS

Manuel Castro e Brito da Associação de Criadores de Ovinos do Sul (ACOS) considera «injustificável a situação» de existirem contratos de prestação de serviços com o Estado, que não estão a ser cumpridos. Mas perante a responsabilidade que os produtores têm na questão da saúde animal a única solução que dizem ter é: «aguardar!».

«Os trabalhos dos ADS continuam a ser realizados mas desde o início do ano que não recebemos um tostão e evidentemente que estamos preocupados porque se as vacinações dos animais não forem administradas poderão existir problemas de saúde pública e até hoje continuamos sem qualquer garantia ou resposta por parte do Governo», afirma.

Manuel Castro e Brito assegura que muitas OPP estão a recorrer a créditos, e outras contam com a solidariedade dos prestadores de serviços, laboratórios, assim como a «boa vontade» das equipas de médicos veterinários e auxiliares que não são pagos há meses.

O dirigente que também é presidente da Federação das Associações de Agricultores do Baixo Alentejo (FAABA) ironiza ao dizer que como já se passou o tempo do PREC todas estas situações serão resolvidas «sem pressões e revoltas».



Milhares de animais controlados pelos ADS

Para se ter uma ideia do volume de animais e acções que são realizadas pelos ADS veja o gráfico ao lado. Em 2005, o número de animais controlados, só para a brucelose bovina, ultrapassou os 800 mil animais. Apesar do registo de casos positivos ter diminuído nos últimos anos, o índice voltou a aumentar em 2004 e 2005.